

CIES e-Working Paper N.º 207/2016

**Discursos sobre quem “ficou para trás”: representações sociais das patroas  
sobre as trabalhadoras domésticas**

Maria Madalena d’Avelar

*CIES e-Working Papers* (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, [cies@iscte.pt](mailto:cies@iscte.pt)

**Maria Madalena d’Avelar** é aluna do Mestrado em Sociologia no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), tendo aí completado a sua Licenciatura em Sociologia em 2016. Neste momento, está a trabalhar como bolsista no âmbito do Mestrado Erasmus Mundus MFamily e faz parte da equipa coordenadora do Portfólio Profissional de Sociólogos.

## **Resumo**

O trabalho doméstico remunerado, tal como existe, implica a coexistência de disparidades nos processos de emancipação feminina, de modo que diferentes grupos de mulheres ocupam posições sociais estruturalmente contrastantes. O objetivo do trabalho que agora se apresenta foi analisar as relações de poder estabelecidas entre patroas e empregadas domésticas, explorando as representações sociais que as primeiras constroem acerca do trabalho doméstico enquanto ocupação profissional e das pessoas que o desempenham, e identificando os factores que ocupam um lugar central na construção dessas representações e das práticas a si associadas.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico; Género; Poder

## **Abstract**

Domestic labour, as it exists, implicates the coexistence of disparities in feminine emancipatory processes, making it so that different groups of women occupy structurally contrasting social positions. The goal of this article was to analyse the power relations established between women employees and domestic workers, exploring the social representations the first construct about domestic work and the individuals that do it and identifying the factors that play a central role in constructing those representations and the practices associated with them.

**Keywords:** Domestic labour; Gender; Power

## **I. Introdução**

O papel social das mulheres sofreu um conjunto amplo de transformações sociais, em grande parte promovidas pela crescente participação das mulheres na esfera pública (Silva, Nogueira e Neves, 2010). Apesar destas transformações e dos processos de emancipação que as acompanharam, verifica-se ainda a permanência de dinâmicas de desigualdade e assimetrias de poder entre homens e mulheres, tanto na esfera pública como na esfera privada. De facto, o crescimento da taxa de emprego das mulheres e a modificação parcial da ordem de género coexistem com uma ideologia de divisão do trabalho em que a esfera privada continua a ser representada como feminina e o trabalho remunerado na esfera pública como masculino. A associação do género feminino com a esfera privada persiste, apesar de se ter transformado, sendo uma das marcas dessa associação a ocupação desse espaço por mulheres que se encontram na face oculta dos processos de emancipação feminina – as empregadas domésticas.

Poderíamos considerar que, até certo ponto, estas mulheres “ficaram para trás” nos processos de emancipação feminina, não refletindo esta expressão uma falta de atribuição de valor intrínseco ao trabalho doméstico, nem pretendendo retirar o mérito do processo emancipatório de um grupo que tirou proveito de uma socialização assimétrica e a converteu numa mercadoria; mas, antes, procurando ilustrar o modo como este grupo continua confinado ao espaço doméstico, desempenhando uma ocupação profissional pouco valorizada socialmente, como resultado, na maior parte dos casos, não de uma opção pessoal, mas sim do facto de esta ocupação se apresentar como a única possibilidade disponível no contexto português para mulheres de classe baixa e sobretudo para mulheres imigrantes. O trabalho doméstico remunerado desempenhado por mulheres trata-se, por isso, de um exemplo da existência de disparidades nos processos de emancipação feminina, bem como da coexistência de mulheres que ocupam posições sociais estruturalmente contrastantes nas sociedades contemporâneas (Dias, 2010).

O objetivo da presente investigação foi compreender as relações de poder que se formam dentro da categoria de género feminino como resultado de diferentes posições no processo emancipatório, nomeadamente as relações construídas entre patroas e empregadas domésticas.

## II. Revisão de Literatura

Durante muito tempo, enquanto as dinâmicas de trabalho estabelecidas na esfera pública e protagonizadas exclusivamente por homens eram alvo de reflexão científica, as atividades remetendo para a esfera privada, associadas com o género feminino, mantinham-se na sombra (Baptista, 2011). Foi apenas a partir da década de 60, com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e com as transformações nas representações sociais de género que acompanharam este processo, que o trabalho doméstico começou a ser considerado como tema de investigação pertinente (Connell, 2002).

O foco no trabalho doméstico intensificou-se aquando da sua transformação numa ocupação renumerada, como resultado da mercantilização do consumo e da crescente participação da mulher no mercado de trabalho (Baptista, 2011). Instituir o trabalho doméstico como objeto de estudo apresenta ainda atualmente alguns obstáculos, como a ausência de dados qualitativos e quantitativos rigorosos. É uma tarefa difícil estimar o número de trabalhadoras domésticas, uma vez que muitas das relações de trabalho estabelecidas não são formalizadas. No entanto, os dados disponibilizados pela Organização Internacional do Trabalho apontam para a existência de 175 500 pessoas a desempenhar trabalho doméstico enquanto ocupação profissional em Portugal no ano de 2008 (representando 3,4% do total da força de trabalho), trabalho doméstico executado maioritariamente por mulheres (98,8%) (ILO, 2013).

A análise sociológica do trabalho doméstico tem de ser integrada no estudo da divisão sexual do trabalho, enquanto forma de produção e reprodução de relações de género, sempre considerando o facto de as categorias de género não serem universais, fixas e imutáveis. Concomitantemente, necessita de ter em conta a existência de uma subordinação de classe, sendo no geral as trabalhadoras domésticas mulheres provenientes de classes sociais mais baixas, com escassas qualificações (Rubio, 2003; cit. por Baptista, 2011). Apesar de o contexto de recrutamento se ter alterado de migrantes internas para imigrantes, esta falta de qualificações e a limitação ao nível de mercado de trabalho manteve-se (Lutz, 2002; cit. por Baptista, 2011). A entrada de mulheres imigrantes neste setor, que anteriormente era sobretudo ocupado por mulheres nacionais de classes sociais baixas, nomeadamente migrantes rurais, associadas às questões de subordinação de género e de subordinação de classe, traz consigo um novo tipo de subordinação racial-étnica (Baptista, 2011).

É importante compreender então de que modo estes elementos se encontram articulados no trabalho doméstico, de que forma o estruturam e de que modo influenciam a construção de representações. É também importante compreender que esta influência não ocorre de forma isolada, resultando da existência de dinâmicas de interação complexas entre os diferentes processos discriminatórios associados a estes elementos e criando uma importante dimensão de interseccionalidade central nos processos de construção das representações sociais sobre o trabalho doméstico e os indivíduos que o desempenham.

De entre estes elementos, o género desempenha um papel central, podendo género ser definido enquanto uma estrutura social, ou conjunto de padrões relativamente fixos que organizam relações sociais, que não são uma expressão nem da biologia nem de uma dicotomia fixa e universal, mas sim produtos sociais contextuais e mutáveis (Connell, 2002). É importante que o género seja assim pensado, evitando o perigo de naturalizar diferenciações de género socialmente criadas, sobretudo ao analisar um campo no qual esta naturalização é particularmente forte, como é o caso do trabalho doméstico. De acordo com Connell (2002), as instituições sociais têm regimes de género, que consistem essencialmente em conjuntos de arranjos de género acerca de quem é recrutado para desempenhar que funções, que divisões sociais são reconhecidas e que relações emocionais são conduzidas. Estes regimes de género fazem parte de padrões mais amplos, que perduram ao longo do tempo, e que no seu conjunto constituem a ordem de género de uma sociedade. Existe geralmente uma correspondência entre os regimes de género das instituições sociais e a ordem de género da sociedade da qual fazem parte, mas tal pode não acontecer. O que se pretende aqui é então, de certa forma, desocultar o regime de género que organiza as relações em torno do trabalho doméstico, e compreender de que forma estas derivam ou reforçam uma ordem de género mais ampla, estruturadora da sociedade.

Quando olhamos para as categorias dicotómicas que compõem o sistema de género, devemos ter em atenção que estas simplificam e reduzem a fronteiras ilusórias uma realidade que é de facto indiferenciada e fluida. Não se pode esperar, então, encontrar uma uniformidade interna no conjunto representado por estas categorias, ou uma identidade social única. A realidade social é muito mais complexa do que a sua categorização sugere, e dentro de cada categoria, representada como homogénea, podemos encontrar uma enorme variedade que a pluraliza, segmenta e complexifica (Kofes, 2001).

A temática do género deve então ser abordada reconhecendo que esta é mais complexa do que a dualidade mulheres e homens sugere e que no interior de cada um dos polos desse sistema dual encontram-se grupos heterogéneos, com dinâmicas de relacionamento e poder particulares (Kofes, 2001). Trabalhadoras domésticas e patroas seriam, do ponto de vista do sistema categorial do género, ambas classificadas enquanto “mulheres”. No entanto, trata-se de grupos de indivíduos profundamente diferentes, entre os quais são estabelecidas relações de poder. De notar que também as categorias de “trabalhadora doméstica” e “patroa” são elas mesmas redutoras, e que procuram tornar análogo algo plural, existindo diferenças no interior de cada uma destas categorias que as complexificam, e sendo as fronteiras entre elas mais transponíveis do que estas sugerem (Kofes, 2001).

A relação que se estabelece entre trabalhadoras domésticas e patroas tem a particularidade de se constituir em torno de um espaço e de um conjunto de tarefas simbolicamente associadas com a categoria de mulher (Kofes, 2001). Este espaço caracteriza-se ainda por ser representado em oposição com o mercado - enquanto o mercado é associado com racionalismo, individualismo, instrumentalismo e negociação, o lar é associado com relações afetivas, altruísmo, responsabilidades e deveres. Deste modo, as relações típicas do mercado não serão facilmente aceites no contexto privado (Andersen, 2006). Estamos perante uma relação na qual a dimensão da familiaridade desempenha um papel particularmente complexo - definir a relação entre trabalhadoras domésticas e patroas como estritamente profissional permite que a lógica mercantil invada o espaço privado; defini-la de acordo com uma lógica mais familiar, tornando-a desse modo mais adequada ao espaço doméstico, torna-a ambígua (Kofes, 2001).

A trabalhadora doméstica, na maioria dos casos, estabelece uma relação mais próxima com a mulher da unidade familiar, que assume o papel de patroa. Kofes (2001) verificou a existência de representações acerca daquilo a que corresponde uma “boa patroa” e uma “boa empregada doméstica”. De acordo com estas representações, a patroa deve agir de tal forma que a trabalhadora doméstica se sinta em casa, mas que, concomitantemente, saiba o seu lugar. Da parte das trabalhadoras domésticas, espera-se que estas realizem as tarefas para as quais foram contratadas e que respeitem as normas implícitas do papel que assumem, adequando-se aos costumes da casa e da patroa.

### **III. Apresentação de objetivos**

Pretende-se analisar as relações sociais de poder estabelecidas entre patroas e empregadas domésticas, explorando as representações sociais que as primeiras constroem acerca do trabalho doméstico enquanto ocupação profissional e acerca das pessoas que o desempenham. Pretende-se também identificar os fatores que ocupam um lugar central na construção dessas representações e das práticas a si associadas.

Em primeiro lugar, procura-se compreender de que modo variáveis como o gênero, a classe social e habilitações literárias e a estatuto de imigrante afetam as relações de poder em análise, e de que forma promovem, ou não, mecanismos de diferenciação entre a identidade das patroas. Em segundo lugar, pretende-se analisar a forma como a desigualdade em termos de poder de escolha se encontra implicada nesta relação e nas representações que a enquadram. Em terceiro lugar, procura-se perceber de que forma as patroas lidam com o facto de o trabalho doméstico pago implicar a intrusão das empregadas domésticas no espaço doméstico, um espaço pessoal e com forte associação a processos de construção identitária femininos. Em quarto lugar, é também um objetivo essencial compreender quais as diferentes dinâmicas de valorização e desvalorização do trabalho doméstico pago, de que forma estas se relacionam com o gênero, classe social/habilitações literárias e estatuto de imigrante, e de que modo enquadram a construção de representações sociais acerca desta ocupação profissional e dos indivíduos que a realizam. Por fim, procura-se perceber se, em todos estes pontos, existe uma realidade única ou homogénea, ou se, e mais provavelmente, o que existe é uma paisagem heterogénea e plural em que são identificáveis mesmo assim padrões e pontos de encontro, caso em que se procurará identificá-los e compreender de que modo se associam com variáveis contextuais.

### **IV. Abordagem metodológica**

Foi utilizada uma abordagem metodológica qualitativa, baseada nos discursos de mulheres que vivenciam ou vivenciaram a experiência de ser patroa. A definição da população passou pela identificação de um perfil: 1) mulheres que estivessem à data do estudo a empregar uma trabalhadora doméstica; ou 2) mulheres que tivessem empregado uma trabalhadora doméstica durante um período mínimo de 2 anos, ainda que o não estivesse a fazer no momento do estudo.

Relativamente à constituição da amostra, o que está em causa não é garantir uma representatividade estatística, mas sim uma representatividade social, pretendendo-se não a recolha de dados a partir de um conjunto de sujeitos estatisticamente representativos, mas sim a partir de sujeitos socialmente significativos. Para tal, a amostragem foi realizada com base em dois conceitos centrais, a diversidade e a saturação (Guerra, 2006).

O contacto com as entrevistadas fez-se essencialmente em duas fases – numa primeira fase foram abordadas entrevistadas através da rede de contactos da investigadora, e numa segunda fase foi aplicado o método bola-de-neve, sendo pedido a cada entrevistada sugestões de potenciais entrevistadas. Ao longo deste processo, foi sempre tido em conta o perfil definido e o critério de diversidade.

A técnica de recolha de informação utilizada foi a entrevista semi-diretiva focalizada - caracterizada pela definição prévia dos temas a abordar pelo entrevistador e pela flexibilidade relativamente à forma e ordem em que esses temas são abordados, variando esta de acordo com a especificidade de cada entrevista (Ghiglione & Matalon, 2005).

## **V. Apresentação de Resultados**

### *a. Caracterização da amostra*

A amostra é composta por um total de 17 entrevistadas, com uma média de idades de 50 anos, tendo a entrevistada mais nova 32 anos e a mais velha 63 anos. Relativamente às habilitações literárias, estamos perante uma amostra homogénea, sendo que todas as entrevistadas têm habilitações de grau superior. Este facto, em conjunto com as profissões especializadas que a maioria apresenta, levam a concluir que nos encontramos perante mulheres com uma posição social relativamente elevada, o que se pode relacionar com a realidade social em estudo, indicando que tendencialmente são mulheres ocupando posições de classe favorecidas aquelas que têm disponíveis os recursos para recorrer a trabalho doméstico pago. No que toca à composição familiar, a maioria das entrevistadas encontra-se casada ou em união de facto, sendo que mesmo as solteiras se encontram em situação de coabitação com os parceiros atuais. Também é maior o número de entrevistadas com filhos (12) do que o número de entrevistadas sem filhos (5), sendo que a grande maioria destes filhos habita ainda com os pais.

Relativamente às ocupações profissionais, todas as entrevistadas afirmaram gostar da profissão exercida. É interessante constatar o modo como estas são apresentadas enquanto

fruto de um conjunto de escolhas perante um conjunto de possibilidades que se foram apresentando – contrastando com a ausência de opções profissionais enfrentada pelas trabalhadoras domésticas.

*“Foi acontecendo, eu comecei por dar aulas ao ensino secundário, depois as oportunidades foram surgindo (...) as coisas foram surgindo com alguma naturalidade, (...) nós também fazemos um bocadinho o nosso percurso, fui fazendo escolhas que me conduziram até aqui.” Entrevistada O*

É necessário ainda considerar que o contacto das mulheres entrevistadas com o trabalho doméstico enquanto ocupação profissional varia, sendo que enquanto algumas cresceram com a presença de empregadas domésticas, outras apenas recorreram aos seus serviços após ganharem autonomia e iniciarem a sua vida familiar.

Importa apresentar também a caracterização das empregadas domésticas, uma vez que são estas que constituem o segundo polo da relação em análise. Esta caracterização revela pistas para o estudo da relação estabelecida entre as entrevistadas e estas mulheres, permitindo compreender até que ponto as primeiras conhecem as segundas.

No que toca à caracterização das empregadas domésticas atuais, as idades variam entre os 40 e os 70 anos, aproximando-se da variação identificada nas patroas. Algumas das patroas não sabiam identificar exatamente a idade das empregadas domésticas, indicando apenas estimativas, acontecendo o mesmo com as suas habilitações literárias. Apesar da incerteza presente em algumas das respostas, baseadas em opiniões resultantes da observação, constatou-se que a maioria das empregadas domésticas terá um nível de habilitações reduzido, sendo aquelas que apresentam habilitações maiores as empregadas domésticas imigrantes. Assim, se no que toca a idades se verifica claramente uma aproximação entre as duas partes da relação estabelecida, em termos de habilitações literárias encontra-se presente uma clara diferenciação, possível fonte de distanciamento e fundamento de dinâmicas de poder. Ao contrário do esperado, a maioria das empregadas domésticas são de origem portuguesa.

Importa ainda clarificar nesta fase inicial alguns elementos centrais desta relação, que terão influência sobre as dinâmicas relacionais – tais como a duração da relação ou o horário de trabalho. Em ambos os aspetos, verificou-se uma enorme variação – encontramos situações de empregadas domésticas que trabalhavam em casa das patroas há apenas 5 meses

e outras que já o faziam há 34 anos; e os horários de trabalho vão desde 8 horas diárias todos os dias da semana até apenas um dia por semana.

*b. Representações sobre trabalho doméstico enquanto ocupação profissional*

O modo como o trabalho doméstico é perspectivado determina a forma como os indivíduos que o realizam são vistos e o tipo de tratamento que lhes é destinado. Importa, neste sentido, compreender de que modo as patroas entrevistadas encaram este trabalho, qual o papel e a importância que este ocupa nas suas vidas e na gestão do seu quotidiano, quais os fatores que se encontram na base da valorização e/ou desvalorização do mesmo e como percebem quem o desempenha.

A compreensão dos fatores que estão na base da valorização/desvalorização do trabalho doméstico pago é particularmente relevante. A dicotomia entre valorização e desvalorização é central no tratamento desta realidade social, e o modo como estas duas tendências se entrecruzam vai determinar a relação de poder criada.

Existe à partida uma valorização deste trabalho por parte das mulheres entrevistadas – no mínimo, o lugar que este ocupa nas suas vidas é considerado importante o suficiente para justificar o investimento realizado. A desvalorização deste trabalho, por outro lado, surge nos discursos destas mulheres como um facto cuja realidade é reconhecida, mas relativamente ao qual procuram distanciar-se. No entanto, mesmo quando o trabalho doméstico é apresentado pelas entrevistadas como uma ocupação profissional “digna”, “honesta” ou “importante”, a sombra da sua desvalorização encontra-se presente de modo mais ou menos explícito, afetando o modo como este e as pessoas que o desempenham são encarados.

A valorização do trabalho doméstico pago por parte das entrevistadas assenta sobretudo, apesar de não exclusivamente, no papel que este desempenha nas suas vidas, existindo a consciência de que é o assegurar das tarefas domésticas por outros indivíduos que permite que não tenham que ser as próprias a desempenhá-las. Na perspectiva das entrevistadas, o trabalho doméstico pago ganha valor no sentido em que torna as suas vidas e quotidianos menos pesados, retirando um conjunto de responsabilidades que de outro modo teriam que assegurar e deixando espaço para priorizar outros elementos, sejam estes lúdicos, familiares ou profissionais.

A consciência de que, na ausência do trabalho doméstico pago, as tarefas domésticas passariam a fazer parte das responsabilidades das entrevistadas, remete para a existência de uma diferenciação gendrificada deste trabalho.

*“Acho que é fundamental se quisermos efetivamente garantir que a mulher possa ter um local no mercado de trabalho; portanto, é impossível garantir as horas de trabalho (...) e compatibilizar isso com garantir a limpeza da casa, e cozinhar.”*

*Entrevistada B*

*“Eu se não tivesse tido possibilidades de ter uma pessoa em casa, não me podia ter dedicado tanto à vida profissional, com benefício para mim própria. Portanto eu acho que o trabalho de casa é um trabalho a valorizar.”* Entrevistada G

Mesmo que a valorização fundamentada na possibilitação de maior qualidade de vida para as próprias não seja sempre expressa de tal modo que implique diretamente a organização gendrificada do trabalho doméstico, este tipo de organização é confirmado pelas representações que as entrevistadas têm acerca de como seria a sua vida se não tivessem a possibilidade de recorrer ao trabalho doméstico pago.

Na grande generalidade, as entrevistadas pensam na vida sem empregada doméstica como uma vida bastante diferente da atual, marcada por maior carga de trabalho, maior cansaço, menor disponibilidade de tempo e maior número de sacrifícios. Entre as entrevistadas que expressam esta posição, são muitas aquelas que admitem que, num cenário em que a possibilidade de recorrer ao trabalho doméstico pago não existisse, as tarefas domésticas passariam para a sua responsabilidade, sendo que aquelas que não o fazem deixam claro, mesmo assim, que o impacto na sua vida seria negativo.

*“Era apenas mais trabalho em cima. Para mim, claro. No fundo a empregada ajuda a retirar algum trabalho que uma dona de casa tem em sua casa.”*

*Entrevistada D*

*“Vamos falar de partilha? Não, não é que eu não partilhasse, mas o meu marido não ia fazer absolutamente nada. (...) Nem estava a pensar nesse quadro de partilhar, teria de ser eu. Tal como sou eu que faço essa gestão, o que é que se põe, o que não se põe, o que é o almoço, o que é o jantar, o vencimento, as férias,*

*tudo, toda essa parte doméstica está a meu cargo, ainda estaria mais. Só de pensar nisso até fico esmagada.” Entrevistada I*

Encontra-se evidenciada nos discursos das entrevistadas a associação entre a esfera doméstica e o género feminino, como denota o uso de expressões como “dona de casa” (uma expressão que, no contexto em questão, denota ainda uma posição de superioridade e autoridade ocupada na relação de poder estabelecida com a empregada doméstica). Esta associação, e a consequente distribuição desigual das responsabilidades associadas a essa esfera, é sentida pelas entrevistadas como um peso.

Estamos perante uma valorização do trabalho doméstico pago que apenas ganha sentido aos olhos dos indivíduos que seriam diretamente afetados pela ausência do mesmo. Tal implica que o primeiro passo para reconhecer o valor para o trabalho doméstico enquanto ocupação profissional é compreender o valor do trabalho doméstico, do peso que este pode ter e do consumo de tempo e esforço que implica. Aliando este facto com o reconhecimento de que existe distribuição desigual das responsabilidades domésticas, orientada pelo género, leva a concluir que a valorização do trabalho doméstico pago se encontrará, pelo menos até certo ponto, dependente do género – se as entrevistas tivessem sido dirigidas aos respetivos companheiros, este tipo de valorização provavelmente não surgiria, ou teria um menor peso, uma vez que a ausência deste tipo de serviços não teria como consequência direta o assumir de uma maior carga de trabalho a nível pessoal.

Assim, o principal fator de valorização do trabalho doméstico pago – isto é, o facto de este ser essencial para aliviar o quotidiano de mulheres que, sem este, teriam de assumir as funções que este assegura – está intrinsecamente associado ao género.

Apesar desta tendência geral, algumas das entrevistadas afirmam que a ausência do recurso ao trabalho doméstico pago não teria um grande impacto nas suas vidas atuais – este tipo de posição é sobretudo partilhado por entrevistadas sem filhos.

*“No meu caso, que não tenho filhos, que sou extremamente arrumada, que controlo tudo (...) eu pessoalmente conseguia viver sem empregada doméstica se tivesse que...” Entrevistada H*

Para além da valorização com base na qualidade de vida pessoal, surgem valorizações baseadas em outros tipos de elementos. É o caso da valorização que se fundamenta no

princípio de que todos os trabalhos são equivalentes em termos do seu valor (“*É um trabalho como outro qualquer, que tem um determinado tipo de responsabilidades, mas é uma profissão como outra qualquer*” Entrevistada D), ou da valorização que assenta na ideia recorrente de que se trata de um “trabalho digno” (“*Digno, que eu acho que é um trabalho digno. Quer dizer, deixar entrar alguém em minha casa, no meu contexto privado, a cuidar de um espaço que é meu e da minha família, eu acho que é uma coisa muito, muito importante*” Entrevistada O). É ainda expressa a ideia de que o trabalho doméstico pago é muitas vezes valorizado na medida em que funciona como forma de sinalizar um determinado estatuto social.

A valorização do trabalho doméstico por parte das patroas tem então a sua origem no mesmo regime de género que provoca a sua desvalorização social – o mesmo regime de género que ao associar o trabalho doméstico às mulheres provoca a sua invisibilidade e perda de valor, leva a que as entrevistadas, na sua condição de mulheres, reconheçam a importância e peso deste tipo de trabalho. A desvalorização social do trabalho doméstico pago é reconhecida pelas entrevistadas como uma realidade, sendo a maior parte das vezes apresentada como errada e injusta.

*“Acho que o trabalho doméstico bem feito dá muito trabalho e é uma coisa que ninguém dá valor. Não é valorizado, mas eu acho que é um trabalho importante.” Entrevistada Q*

Apesar de ser notável no discurso das entrevistadas a preocupação em expressar o valor e importância dada pelas mesmas ao trabalho doméstico, um fator parece surgir como fundamento legítimo para a desvalorização desta ocupação profissional – o facto de este se tratar de um trabalho não especializado, não existindo qualquer tipo de formação formal na sua base. A falta de especialização do trabalho doméstico pago é, aliás, um dos elementos centrais nos discursos das patroas, e aquele que mais frequentemente parece ser utilizado para criar a separação entre si e as mulheres que contratam enquanto empregadas domésticas. Assim, se por um lado a condição de género partilhada fundamenta a valorização desta ocupação profissional, o distanciamento ao nível das habilitações assume um papel separatista. O reconhecimento do trabalho doméstico pago como importante reflete-se nas próprias – é o reconhecimento da importância de um conjunto de responsabilidades que, em última análise, lhes pertencem, mesmo que de momento realizadas por outros indivíduos. Já a indiferenciação desta ocupação profissional permite criar distância, e oferece uma base que

surge como válida para a sua desvalorização aos olhos das patroas – uma vez que a desvalorização com base no gênero, sendo esta uma condição partilhada, perde peso.

*“São pessoas sem grandes conhecimentos, o que é que eu também aqui percebo, isto é uma função ainda muito pouco qualificada. E as pessoas que vêm fazer isto são mesmo básicas, quer dizer, elas fazem o melhor que sabem para elas, como se fosse a casa delas, não tem qualquer tipo de preparação e formação, não sabem ler etiquetas, estamos a falar de pessoas também ali daquelas zonas básicas” Entrevistada H*

A falta de especialização do trabalho doméstico, e a ausência de habilitações e formação específica por parte daquelas que o desempenham, surge então como fator central na construção da sua desvalorização social, tomando prioridade sobre outros fatores como a renumeração – mesmo ao admitir que os vencimentos desta ocupação profissional ultrapassam aqueles de muitos empregos especializados, a renumeração do trabalho doméstico não chega para que este seja perspectivado como uma alternativa profissional legítima.

A centralidade deste fator é particularmente clara nas reações das entrevistadas ao serem confrontadas com um cenário em que os filhos viessem a desempenhar trabalho doméstico enquanto ocupação profissional – a reticente aceitação desta opção, marcada por uma crença no direito à individualidade e autodeterminação por parte dos filhos, é sempre acompanhada por uma confissão de desapontamento e tristeza baseados, quase sempre, no contraste entre a indiferenciação deste trabalho e o investimento realizado na educação formal dos filhos.

*“É assim, se fosse opção deles tinha que aceitar, e se eles não tivessem mais nada... acho que a pessoa... qualquer emprego é honesto, desde que seja honesto é decente. Agora neste momento acho que eles têm outro tipo de habilitações e andaram a estudar tanto para terem que estar a fazer isso é um pouco deprimente.” Entrevistada A*

Afirmações como esta ilustram ainda a representação do trabalho doméstico pago como uma ocupação profissional que surge como possibilidade apenas perante a ausência de qualquer outra alternativa, mostrando que existe a consciência de que, para a maioria das

empregadas domésticas, o trabalho desempenhado não surgiu com base numa vocação ou desejo pessoal.

Apesar desta consciência, que se apresenta também em discursos direcionados às empregadas atuais, a ausência de alternativas é muitas vezes percebida como resultado de uma falta de capacidade a nível pessoal, e não enquanto uma realidade socialmente construída que, à partida, delimita as oportunidades de determinados indivíduos em função de variáveis como o género ou a posição social.

*“Ia dizer, pronto, paciência, iria assumir que não tinham capacidades para outra coisa. De certa maneira estou a desvalorizar esse trabalho, estou a achar que é um trabalho para pessoas que não têm tantas capacidades porque senão estariam a fazer outro trabalho, que é errado, mas se calhar no meu íntimo seria isso que iria pensar.” Entrevistada F*

*“Eu acho que ela gostaria de ter outro trabalho, até gostaria, mas eu acho que ela sabe que não conseguiria (...) acho que é falta de capacidade mesmo.” Entrevistada H*

De notar que a desaprovação com esta escolha profissional enquanto possível futuro dos filhos surge ainda associada a uma preocupação com esse futuro, associada à noção de que esta é uma ocupação profissional incapaz de garantir o nível de vida e estabilidade desejado para os mesmos.

*“Mas acho que ficaria um bocadinho triste porque não é uma vida fácil, não é uma vida que proporcione um certo bem-estar que nós almejamos para os nossos filhos. Não posso dizer que ficaria contente, não ficava.” Entrevistada G*

Ao mesmo tempo que existe a preocupação com a falta de formação especializada no trabalho doméstico pago, e que esta é apresentada enquanto necessidade, algumas das entrevistadas expressam ideia de que este se trata de um trabalho que poderia facilmente ser realizado por qualquer pessoa.

*“No meu caso, aquilo que a minha empregada faz eu não acho que é exigente, é normal, acho que o que ela faz eu faria, eu faço tudo o que ela faz, até melhor.”*

*Portanto, não acho que seja exigente, é um trabalho que qualquer mulher antigamente fazia em sua casa.” Entrevistada H*

*“Eu não acho que seja exigente, porque é um trabalho que qualquer pessoa pode fazer.” Entrevistada K*

Podemos observar aqui o cruzamento entre duas representações enraizadas no tecido social, que se contradizem ao mesmo tempo que contribuem em conjunto para o reforço da desvalorização do trabalho doméstico. Por um lado, a crescente valorização da educação formal e da formação especializada, acima de outros fatores tais como a renumeração, leva a que a indiferenciação desta ocupação profissional seja encarada como fator que retira valor ao trabalho realizado; por outro lado, a invisibilidade do trabalho doméstico e da sua exigência, associada à ideia de que existe uma tendência inata das mulheres para o desempenho de funções e tarefas associadas com a esfera doméstica, leva a que este seja visto como um trabalho desempenhado por qualquer pessoa com relativa facilidade.

Apesar de se contradizerem, uma vez que a assunção de que se trata de um trabalho realizado com facilidade por qualquer pessoa indica que a existência de uma formação especializada para o mesmo seria inútil e desnecessária, complementam-se de certo modo – a falta de competências formais por parte das trabalhadoras domésticas parece confirmar a crença de que este se trata de um trabalho facilmente realizável, e ambos os elementos reforçam a sua desvalorização. A socialização gendrificada através das quais as mulheres aprendem as competências necessárias para o desempenho do trabalho doméstico, que permite que tais competências sejam pensadas como simplistas, ou mesmo inatas, não é reconhecida como tendo estatuto ou prestígio equivalente a uma formação oficial.

Mesmo quando o trabalho doméstico é visto como sendo exigente, esta exigência é sobretudo encarada como tendo expressão física, ou encontrando-se associada à monotonia provocada pela repetição ou falta de desafios intelectuais.

*“Não é um trabalho difícil ou exigente de todo. É fisicamente cansativo, pode tornar-se monótono e chato, difícil não.” Entrevistada B*

Uma das entrevistadas, contudo, chama a atenção para a exigência a nível relacional implicada no trabalho doméstico enquanto ocupação profissional, reconhecendo a relação de

poder existente entre patroa e empregada doméstica e os desafios e dificuldades que esta pode apresentar.

*“Acho que é um trabalho muito exigente. Fisicamente e relacionalmente. Eu acho que sou uma boa empregadora, mas sei que há gente que, até aproveitando-se de uma relação de poder, põe a pessoa que faz o trabalho doméstico numa situação de grande vulnerabilidade, de dispor excessivamente do tempo dela, das capacidades dela, etc.” Entrevistada O*

É interessante verificar como este aspeto passa despercebido para a maior parte das entrevistadas, cujo foco se mantém no cansaço físico ou na monotonia e repetição das tarefas domésticas. Tal pode encontrar-se relacionado com o facto de que, enquanto estes últimos fatores se tratam de realidades com as quais as próprias tiveram contacto, fazendo parte das suas experiências, a realização de tarefas domésticas, o aspeto relacional implicado nesta ocupação profissional é algo com o qual nunca se depararam pessoalmente. Existe, então, uma certa dificuldade em separar as exigências do trabalho doméstico não pago realizado para a própria ou respetiva família e o trabalho doméstico enquanto ocupação profissional, refletindo uma falta de capacidade de assumir a perspetiva das trabalhadoras domésticas, o que pode também desempenhar um papel importante na desvalorização do seu trabalho, e na construção da representação deste como um trabalho simples e pouco exigente.

A grande maioria das entrevistadas afirma nunca ter considerado a possibilidade de ser empregada doméstica. Apesar da resposta negativa, algumas das entrevistadas comentam que num contexto diferente, se não tivessem outras alternativas disponíveis, estariam dispostas a assumir essa ocupação profissional, tendo especial preocupação em passar a ideia de que a recusa presente não se prende com uma desvalorização do trabalho em questão – *“Ainda não precisei, se algum dia precisar não é nada que descarte, é um trabalho tão dignificante como outro qualquer.” Entrevistada P*

Por outro lado, há ainda entrevistadas que acompanham a resposta negativa com uma menção às suas capacidades de limpeza. Nestes casos, apesar de ser admitida alguma vocação ou gosto para o trabalho doméstico, as entrevistadas não admitem a possibilidade de poderem ser aplicadas transformando-as numa ocupação profissional sob a forma do trabalho doméstico pago, apresentando outras possibilidades:

*“Não, nunca considerei ser, mas tinha uns skills brutais (...) devia ter um negócio de empregadas domésticas super top, com um sistema de recrutamento top.” Entrevistada H*

*“Eu gosto de limpar e sou muito exigente e eu acho que daria uma boa governanta (risos) e não foi nada que não me tivesse passado pela cabeça, se fosse mais jovem, ir para Londres e aprender num desses cursos a sério.”  
Entrevistada L*

Este tipo de resposta, na qual a existência de uma certa vocação para o trabalho doméstico não se converte numa resposta positiva, revela a consciência da desvalorização do trabalho doméstico pago a nível social. Por outro lado, a apresentação de possibilidades alternativas de aplicação destas capacidades, nas quais existe uma aposta na formação específica, mostra o modo como as entrevistadas relacionam a desvalorização social desta ocupação profissional com a sua falta de especialização.

De notar que a divisão de género na esfera doméstica se trata também de um elemento frequentemente mencionado e ilustrado nos discursos das entrevistadas, que revelam o modo como esta continua a verificar-se e mesmo como, em alguns casos, é ainda percecionada como natural ou aceite como justa. Uma das afirmações em que tal se torna mais evidente é a seguinte, na qual uma das entrevistadas sugere a existência de um horário de trabalho diferente para as mulheres, que permitisse que estas dedicassem mais tempo à esfera doméstica.

*“O que eu recomendaria era que de alguma forma as mulheres pudessem compatibilizar, ou seja, ter um horário diferente, um horário de trabalho. Eu por exemplo gosto imenso de fazer coisas em casa, de cozinhar, não propriamente de limpar o pó, essas coisas não gosto, mas há coisas que eu gostava de fazer se tivesse tempo.” Entrevistada B*

Apesar de afirmações como esta deixarem a descoberto a interiorização da associação entre o género feminino e as responsabilidades domésticas, esta interiorização costuma ser inconsciente, sendo que os discursos que mais explicitamente se dirigem a esta problemática a rejeitam completamente – como mostra a seguinte afirmação, pertencente à mesma entrevistada.

*“Acho que é um mito dizer que as mulheres são mais dotadas e que os homens não fazem porque não tem jeito; é completamente uma inverdade. Por exemplo, na cozinha há homens que sabem cozinhar lindamente e que gostam e não sei o quê, não sei é aceite como normal.” Entrevistada B*

Relativamente à divisão do trabalho doméstico não pago nas famílias das entrevistadas, foi possível identificar quer situações de trabalho doméstico feminino, quer situações de divisão igualitária, sendo, porém, as primeiras muito mais frequentes. Dentro das situações de trabalho doméstico feminino, identificaram-se situações em que não se verifica qualquer distribuição do trabalho doméstico (*“Como normalmente não temos que fazer o trabalho doméstico, digamos que o meu marido muito comodamente não sabe fazer as coisas, claro, é evidente” - Entrevistada M*), situações em que perante a ausência da empregada doméstica se recorre à contratação externa (*“Cada vez que ela vai de férias vem uma das irmãs substitui-la, ou vem outra pessoa que ela conheça de confiança” - Entrevistada P*), e situações nas quais existe uma “ajuda” masculina, ou seja, existe alguma participação dos maridos no desempenho das tarefas domésticas, mas este necessita de ser requerido e orientado, não havendo uma partilha da responsabilidade (*“Os homens ajudam, por exemplo o meu marido está agora a lavar a loiça, mas é sempre numa perspetiva de ajuda, a responsabilidade de gerir o sistema casa é minha” - Entrevistada B*). Nos casos em que se verifica a divisão das tarefas, esta pode ser uma divisão paritária entre ambos os membros do casal (*“Sábado era dia de ser faxineiros, dividíamos a casa, assim em vez de perder o dia todo perdíamos só uma manhã ou uma tarde” - Entrevistada C*). No entanto, mesmo nestes casos, existe uma tendência para a responsabilidade da gestão recair sobre a mulher. Por oposição, para uma das entrevistadas, a divisão das tarefas acaba por recair sobretudo sobre o companheiro, em grande parte como consequência da acumulação de ocupações profissionais da entrevistada (*“Dividimos, 50/50, às vezes mais para o lado de lá do que para o lado de cá” - Entrevistada K*).

Relativamente às representações acerca de quem são os indivíduos que tipicamente desempenham o trabalho doméstico enquanto ocupação profissional, as respostas das entrevistadas mostram o conhecimento da centralidade de variáveis como o género, as habilitações literárias e o estatuto de imigrante.

*“Mulheres. Mulheres com baixa escolaridade. Basicamente são essas.”  
Entrevistada B*

O facto de o género e as habilitações literárias serem mais mencionadas comparativamente com o estatuto de imigrante revela a centralidade que estas variáveis desempenham na construção das representações das entrevistadas acerca do trabalho doméstico pago e da relação de poder estabelecida entre si e as respetivas empregadas domésticas. A frase apresentada ilustra a forma como ambas as variáveis se entrelaçam - enquanto a primeira funciona como categoria partilhada, aproximando os dois polos da relação e construindo uma ponte entre estes; a segunda é introduzida numa tentativa de impor diferenciação dentro da categoria partilhada, como denota a expressão “essas”.

Procurou-se compreender de que modo as mulheres entrevistadas encaravam o trabalho doméstico enquanto ocupação profissional através das representações acerca das vantagens e desvantagens dessa ocupação, do ponto de vista das pessoas que o realizam. No que respeita às vantagens, muitas das entrevistadas apresentaram como vantagem exclusiva o facto de *“a pessoa estar empregada, ter emprego”* (Entrevistada A). O foco exclusivo no emprego e, como consequência direta, na autonomia financeira que este possibilita, como que torna implícita a ideia de que não existe nenhuma outra característica do trabalho desempenhado em si que possa constituir uma vantagem – o emprego, por si só, encontra-se completamente desligado do tipo de ocupação profissional desempenhada, concentrando-se apenas no facto de esta existir.

Este tipo de ideia fundamenta-se uma vez mais na consciência de que este se trata, para grande parte das empregadas domésticas que o desempenham, de um trabalho adotado como consequência de falta de alternativas.

*“Uma vantagem, é que se calhar não teriam muitas alternativas a não ser, se não fosse esta opção não teriam grandes alternativas, ou pelo menos nunca seriam muito melhores do que isso.” Entrevistada K*

A flexibilidade é outra das vantagens mais mencionadas pelas entrevistadas, que sublinham a autonomia das empregadas domésticas e a facilidade de negociação, sobretudo ao nível de horário, de faltas ou de reorganização de folgas (*“Na minha casa tem flexibilidade, tem dias marcados, mas se não for um dia pode ir outro, se está doente não desconto, tem essa parte que eu não tenho aqui por exemplo”* - Entrevistada J).

Ao mesmo tempo que apontam os benefícios da flexibilidade do trabalho doméstico pago, reconhecem que esta é acompanhada pela precariedade laboral que o caracteriza, a qual

apontam como a principal desvantagem (*“Por outro lado, é o reverso da medalha que é a precariedade em si, porque não havendo um vínculo, nem ela pode obter determinadas regalias sociais que um contrato de trabalho atribui, e também pode ser despedida a qualquer momento, sem justa causa e sem qualquer direito a indemnização”*- Entrevistada L). Para além desta desvantagem surgem outras como a precariedade laboral, a falta de alternativas, a relação com as patroas, a desvalorização social, ou ainda desvantagens associadas com “o trabalho em si”, que remetem para o território partilhado por ambas as mulheres, como indica a expressão *“como a mim também me custa a ela também lhe custa”*.

São várias as investigações que mostram como, em Portugal se verifica ainda uma divisão assimétrica das tarefas domésticas, sendo as mulheres quem está encarregue de assegurar a maior parte das mesmas (Amâncio & Wall, 2007). Deste modo, e apesar de todas as mudanças ocorridas no que diz respeito à ordem de género nas sociedades contemporâneas, a esfera doméstica continua a organizar-se de acordo com um regime de género tradicionalista.

Apesar de ter ocorrido já uma transformação ao nível dos sistemas de valores, marcada pela adesão à norma da igualdade de género enquanto ideal aspirado, como se verifica em muitos dos discursos das entrevistadas, a associação do género feminino à esfera doméstica, e de todas as tarefas e responsabilidades a esta associadas, continua a verificar-se das mais diversas formas, sendo provavelmente a mais evidente ao nível da divisão desigual das práticas do trabalho doméstico. Parece, então, que não são apenas as empregadas domésticas o grupo de mulheres que continua a assegurar a codificação do espaço privado como de domínio feminino – são também as mulheres que entraram no mercado de trabalho, mas que nunca abandonaram realmente o papel de responsáveis pelo domínio doméstico.

A forma desigual de organização do trabalho doméstico leva a que este exerça um peso no tempo das mulheres, sendo que uma das formas da redução desse peso constitui o recurso à contratação de trabalho doméstico pago, sobretudo entre os círculos mais favorecidos. Verificou-se que é exatamente por este trabalho doméstico pago permitir aliviar algum do peso e responsabilidades acumuladas das mulheres que estas o valorizam, e que desse modo a valorização do trabalho doméstico pago, tal como a do trabalho doméstico no sentido mais amplo, se encontra dependente de uma consciência associada à condição de género. Numa sociedade de dominação masculina, na qual o trabalho doméstico continua a

ser em grande parte invisível, como o comprova a desigualdade na sua divisão, parece fazer sentido que também a sua versão paga seja desvalorizada e minorizada.

O trabalho doméstico enquanto ocupação profissional encontra-se, então, entre uma lógica de valorização dependente do género, e uma lógica de desvalorização que se alinha com a tendência social, sendo claramente esta última aquela que ganha um maior significado na estruturação das representações e práticas construídas em seu torno, mesmo pela parte das mulheres que mais têm a ganhar com a sua existência. A desvalorização operada sobre as tarefas domésticas, criada à partida por diferença significativa no valor atribuído ao trabalho tipicamente associado aos homens e às mulheres, é ainda reforçada pela perceção destas tarefas como tarefas simples, existindo mesmo a crença de que as competências necessárias para a realização deste trabalho são de algum modo intrínsecas à natureza feminina (Schneider, 2006).

Se associada à dinâmica de valorização se encontra a variável do género, funcionando como uma condição partilhada entre as mulheres que desempenham o trabalho doméstico pago e aquelas que beneficiam da sua existência, associada à sua desvalorização encontra-se sobretudo a desqualificação do mesmo. Se em termos mais gerais a desvalorização social do trabalho doméstico enquanto ocupação profissional se cria no cruzamento de dinâmicas de discriminação associadas ao género, classe social e etnia, aos olhos das entrevistadas, para as quais a categoria género fundamenta a valorização, são as baixas habilitações literárias que servem como fundamento legítimo para essa desvalorização, e que estão na base de mecanismos de separação e distanciamento, a partir dos quais são criadas duas categorias diferenciadas de mulheres – as empregadas domésticas, e as patroas.

Apesar de o género perder alguma da sua força enquanto potenciador da desvalorização social do trabalho doméstico pago, esta forma de desvalorização não desaparece totalmente; encontra-se presente nas representações das entrevistadas, quando estas encaram as tarefas que constituem o trabalho doméstico como simplistas ou mesmo instintivas, ao mesmo tempo que criticam a falta de credenciais formais por parte daquelas que o realizam.

É necessário ainda reter que, mesmo com o recurso ao trabalho doméstico pago, e com todo o benefício que as mulheres entrevistadas retiram do mesmo, a associação entre o género feminino e a esfera doméstica e familiar mantêm-se – quer seja porque as pessoas

encarregues do trabalho doméstico pago são também mulheres, quer porque o trabalho doméstico não pago recai ainda nas entrevistadas, ou ainda porque a gestão dessa esfera continua a pertencer às mesmas.

Podemos então concluir que as representações sociais das entrevistadas acerca do trabalho doméstico enquanto ocupação profissional, e acerca das mulheres que realizam este trabalho, são construídas no cruzamento de mecanismos de valorização e desvalorização associados essencialmente às categorias de género e habilitações literárias – não esquecendo a associação entre esta última variável e a classe social. Estes mecanismos, apesar de aparentemente contraditórios, não se opõem, e ambos encontram a sua base num regime de género desequilibrado, marcado pela ainda forte associação da esfera doméstica e familiar com o género feminino.

Importa agora compreender de que forma estas representações sociais vão moldar as relações estabelecidas entre patroas e empregadas domésticas, e de que forma as dinâmicas de valorização e desvalorização desocultadas contribuem para a estruturação dessas relações, acentuando ou atenuando assimetrias de poder.

### *c. Relação entre patroas e empregadas domésticas*

No sentido de explorar as relações estabelecidas entre patroas e empregadas domésticas, através dos discursos das primeiras, foram analisadas diversas variáveis, desde formas de recrutamento, tipo de tarefas desempenhadas pelas empregadas, nível de autonomia nesse desempenho, formas de negociação de vencimentos e férias, até aspetos de natureza mais relacional, como contextos de interação, temas privilegiados nos momentos de comunicação, intercâmbio de bens e favores e definições subjetivas da relação em si.

Relativamente às formas de recrutamento, estas são sobretudo informais, sendo o mais comum as entrevistadas recorrerem a uma rede de contactos composta tanto por amigos como por conhecidos, procurando que estes recomendem uma pessoa de confiança e que tenha disponibilidade.

*“Inicialmente quando eu vim para cá tentei perguntar a amigos (...) foi alguém que a conhecia, e era de confiança, e pronto, e foi sempre assim, nunca foi de outra maneira, sem ser alguém que conhece alguém.” Entrevistada C*

Faz sentido que numa ocupação profissional indiferenciada, na qual não é requerido qualquer formação especializada, tenham que surgir outro tipo de credenciais, não oficiais, mas que orientem o processo de recrutamento e que validem a seleção. Recorrer a indivíduos que estejam em contacto com pessoas potencialmente interessadas no cargo em questão, parece ser a estratégia preferida, uma vez que permite que fatores priorizados, tipicamente a honestidade e a competência, sejam certificados por alguém que se pensa ter algum conhecimento acerca dos mesmos.

A centralidade da confiança como elemento mais valorizado na seleção de uma empregada doméstica é aliás partilhada por quase todas as entrevistadas. A chave para esta centralidade prende-se com o facto de o trabalho doméstico enquanto ocupação profissional ter como contexto profissional o espaço doméstico, um espaço privado e íntimo que deve ser protegido de intrusões e cujo acesso apenas pode ser autorizado a pessoas em quem seja possível depositar confiança. Este elemento ganha prioridade sobre outros como as competências de limpeza, o que é notável mesmo em termos de motivos de despedimento - enquanto o roubo é encarado como causa imediata para despedir uma empregada doméstica, a falta de capacidades de limpeza é muitas vezes desculpada.

*“O mais importante de todas é a confiança, é ter confiança na pessoa que tem a minha chave e que eu estou completamente descansada porque sei que estar lá ela ou estar lá eu é exatamente a mesma coisa, acho que isso é o essencial. Claro que depois a competência profissional também conta, obviamente, se eu tenho uma empregada é para me fazer as coisas, mas ter uma empregada que me fizesse bem as coisas e que eu não tivesse confiança, que eu não soubesse o que é que ela andava a fazer durante todas aquelas horas que lá anda sozinha, era problemático. Portanto sem dúvida nenhuma que é a confiança.” Entrevistada M*

Existem, no entanto, outros tipos de processos de procura e seleção envolvidos nos processos de recrutamento informal. A ideia da passagem das empregadas domésticas entre familiares, como se estas se tratassem de uma “herança”, encontra-se bastante presente e é particularmente reveladora. Se por um lado este tipo de processo faz sentido à luz do mesmo tipo de lógica aplicada no recorrer à rede de conhecidos e amigos, uma vez que também os familiares partilham a capacidade de recomendação e certificação, por outro lado, encontram-se também presentes novos elementos. A familiaridade é um deles, sendo que muitas vezes é com base no estabelecimento de uma relação de natureza familiar entre famílias e

empregadas domésticas que estas acabam por ser adotadas como uma espécie de membro extra, surgindo nestes casos um sentimento de responsabilidade e proteção relativamente à mesma.

*“Quando a minha madrinha faleceu, a empregada dela que estava com ela há 15 anos ficou para mim, para a minha mãe e para a minha irmã, porque não a queríamos deixar desamparada, como tinha alguns problemas de saúde (...) para conseguir manter o ordenado.” Entrevistada C*

Este tipo de adoção funciona nos dois sentidos, sendo que por vezes é a própria empregada doméstica que assume o intercâmbio dos seus serviços entre as casas dos diferentes membros de determinada família, mostrando a existência de uma relação de proximidade e à vontade entre ambas as partes.

*“Ela às vezes agora também já vai a casa do meu filho (...) ela decidiu, ela disse-me.” Entrevistada A*

Noutros casos, porém, a empregada doméstica é implícita ou mesmo explicitamente assumida como um “legado”, equivalente a um qualquer outro bem, passível de possuído e transmitido sob a forma de uma herança. Aqui, não se encontra já em causa a existência de um sentimento de familiaridade ou de uma relação de confiança previamente criada, mas sim o encarar da empregada enquanto um elemento transmitido por parte de um familiar, simbolizando de certo modo o laço com este, do mesmo modo que um qualquer outro objeto herdado o poderia fazer.

*“É um legado. Ela trabalhou com a minha mãe, quando a minha mãe faleceu ficou comigo.” Entrevistada Q*

Por fim, existem também ocasiões nas quais o recrutamento informal assume a forma de uma autoiniciativa, isto é, ocasiões nas quais são as próprias empregadas domésticas que se apresentam às mulheres entrevistadas, dando a conhecer a sua disponibilidade e interesse. Este tipo de estratégia, ao contrário das restantes, parte da empregada doméstica e não oferece qualquer tipo de credenciais, segurança ou familiaridade, dependendo por completo da capacidade de autopromoção e da construção, ou não, de um sentimento de empatia e confiança, de compatibilidade, entre os dois membros da relação.

*“Ela soube no café que precisava de uma empregada e foi-me bater à porta, vivia ali muito perto.” Entrevistada I*

*“A que esteve 12 anos na minha casa bateu-me à porta, teve essa coragem, bateu-me à porta e houve uma empatia grande.” Entrevistada J*

Para além das formas de recrutamento de carácter informal, existem também casos de recrutamento formal, apesar de estes serem nitidamente menos frequentes.

Acerca das tarefas desempenhadas e do modo como esse desempenho é organizado, verificou-se alguma variação em termos do tipo de responsabilidades assumidas, grau de intervenção e orientação dado pela patroa e nível de autonomia. No que se refere ao tipo de tarefas desempenhadas pelas trabalhadoras domésticas, a forma como estas são descritas pelas patroas é reveladora. Enquanto algumas descrevem as empregadas como “fazendo tudo” na casa, outras explicitam o esquema de tarefas que foi negociado e deve ser seguido, sendo que entre estas duas abordagens a diferença principal se trata do quanto as patroas se encontram dispostas a ceder o controlo de um território que continua a ser reconhecido como tratando-se da sua responsabilidade. A explicitação do esquema de tarefas na segunda abordagem, clarificando as tarefas destinadas a cada um dos dias da semana em questão, mostra claramente a existência de um controlo por parte da patroa – existe interesse em deixar claro que a autoridade de definição de quais as tarefas a desempenhar e a decisão acerca de quando devem ser desempenhadas pertence à patroa e não à empregada doméstica, sendo apenas a execução das mesmas que está a ser cedida. Não existe assim uma transferência completa, insinuada com a expressão “faz tudo”, mas uma transferência calculada de tal modo a que seja cuidadosamente mantida a posição de autoridade e controlo sobre a esfera doméstica e familiar.

São várias as expressões utilizadas ao longo dos discursos das entrevistadas que denotam a forma como as responsabilidades domésticas são assumidas como território próprio, existindo apenas uma transmissão parcial de alguma da sua gestão e execução para outros indivíduos que, até certo ponto, funcionam como um representante da própria, agindo perante a impossibilidade de a mesma o fazer. Este tipo de ideia encontra-se ilustrado, por exemplo, na expressão “por mim” utilizada na afirmação de uma das entrevistadas - *“Faz as tarefas todas, quer dizer, cuida da casa por mim como se fosse a casa dela”*, Entrevistada P – ou na forma como, ao descrever as tarefas desempenhadas pelas empregadas domésticas,

algumas das entrevistadas dão a entender que estas são realizadas para si (lava-me, limpa-me, faz-me, etc.), como que preenchendo uma função cuja posse continua a recair sobre a entrevistada.

Por vezes, este sentimento de autoridade e posse é retido ainda de modo mais marcado, existindo uma organização das tarefas de tal modo que algumas destas não sejam cedidas de todo – ao mesmo tempo que este tipo de comportamento revela uma falta de confiança na capacidade de desempenho correto de um conjunto de funções, funciona como forma de assegurar o domínio por parte da patroa. Isto pode ser realizado quer de forma total, assegurando a posse por completo de um conjunto de determinadas tarefas (*“São coisas que tu não vais pedir à mulher-a-dias, porque ela também não faz, e há coisas que tu também não gostas de lhe dar porque genericamente acabam por ser estragadas”*- Entrevistada A ), ou de forma parcial, em regime de partilha dessas tarefas (*“Grandes limpezas geralmente quem as faz sou eu (...) ou então peço para ela vir um dia extra e limpo eu com ela”*- Entrevistada F).

Por fim, vale ainda a pena notar que o tipo de tarefas desempenhadas e de responsabilidades adotadas pelas empregadas domésticas varia de acordo com a família e a fase de vida na qual esta se encontra, existindo uma evolução de acordo com as necessidades. No geral, quando existem crianças, existe um conjunto de responsabilidades que são acrescentadas ao conjunto de funções da empregada doméstica. Nota-se ainda que é relativamente às empregadas que acompanharam o crescimento dos filhos que as patroas desenvolvem maior sentimento de proximidade e carinho, admitindo mesmo o papel desempenhado por estas na criação destes filhos. Deste modo, a proximidade que é implicada numa relação em que um dos membros se encontra em contacto e encarregue de cuidar do espaço privado do outro, aumenta quando o cuidado se estende não apenas para a casa (já significativo pelo papel que ocupa e a privacidade que simboliza), mas para os filhos.

O tipo de organização das tarefas encontra-se intimamente associado com o nível de autonomia que é concedido às empregadas domésticas na realização dessas tarefas. A autonomia completa corresponde, regra geral, a um controlo menor sob as tarefas desempenhadas, e à cedência de alguma ou toda a responsabilidade de gestão de tarefas, para além da sua execução.

*“Autonomia completa, eu não me meto nisso.” Entrevistada M*

*“Está em autogestão (...) completamente autonomia, não controlo isso. Ela é que põe e dispõe, ela é que trata de tudo.” Entrevistada P*

Mesmo em situações na qual a autonomia não é total, não se estendendo para o domínio da cedência da gestão, pode existir uma menor ou maior autonomia na organização da execução das tarefas, sobretudo em termos de gestão de tempo. Aqui, as tarefas a desempenhar continuam a ser definidas pela patroa, mas existe flexibilidade no modo e no tempo em que são desempenhadas, desde que garantido o resultado final.

*“Dentro do previsto, tem muita autonomia. Já sabe que à segunda-feira é para passar a ferro e quarta-feira é para dar uma limpeza na casa (...) quando quero coisas que saiam dali deixo um recadinho específico.” Entrevistada F*

*“Ela é independente, eu quero é que aquilo esteja feito e ela faz como ela quiser, não estou a controlar.” Entrevistada J*

Existem ainda casos nos quais a autonomia é mínima, sendo o modo de execução das tarefas também ele estipulado.

*“Eu é que deixo sempre tudo organizado. Fica tudo, tudo, tudo, tudo estipulado, e depois ela executa (...) se deixasse mais a cargo dela se calhar não tinha tanto esta sensação de que também tenho menos tempo, que também tenho muito tempo dedicado às tarefas domésticas.” Entrevistada I*

Tendencialmente, quanto menor o grau de autonomia das empregadas domésticas no desempenho do seu trabalho, maior a carga de responsabilidades mantida por parte da patroa, traduzindo-se num maior controlo, mas também num maior peso e consumo de tempo.

Outro tipo de sinal que pode auxiliar na compreensão do tipo de relação criada entre patroas e empregadas domésticas prende-se com o intercâmbio de prendas e favores, e o modo como este é encarado e relatado. Relativamente ao intercâmbio de bens, existe muitas vezes a troca de prendas simbólicas ou lembranças em ocasiões especiais, como o Natal ou aniversários. Este tipo de troca recíproca indica a existência de alguma atenção e carinho mútuos, funcionando como um sinal de apreciação, denotando a existência de uma relação que ultrapassa a meramente profissional. Ao existir esta troca de prendas, assume-se que a empregada doméstica ocupa um local valorizado na vida quotidiana ou familiar, merecendo

essa posição ser sinalizada. Por outro lado, em relações de carácter mais profissional, em que este local não existe e no qual é mantida a distância, nota-se que trocas como estas são menos comuns, e que existe uma menor atenção a ocasiões especiais como aniversários, que são mesmo muitas vezes mutuamente desconhecidos (*“Eu também não sei quando é que ela faz anos, nem ela sabe quando a gente faz”- Entrevistada Q*).

O intercâmbio de bens sob a forma de doação, tipicamente de bens utilizados pela patroa que são passados à empregada (roupa, malas, etc.), tem já um carácter e significado diferente. Em primeiro lugar, é unilateral, sendo a doação realizada da parte da patroa para a empregada doméstica. Em segundo lugar, e mesmo que motivado por uma preocupação ou atenção genuína, é muitas vezes acompanhado por um sentimento condescendente ou paternalista, sendo que as entrevistadas assumem uma posição protecionista e retiram satisfação da sensação de terem realizado um ato bondoso, assumindo uma postura de auto-congratulação.

*“Uma pessoa gasta 150 euros para dar um par de sapatos a uma empregada... e ela adora os sapatos (...) é uma coisa que eu gosto de fazer, é esses confortos de alguém que anda todo o dia nos transportes públicos de um lado para o outro tem de ter um par de sapatos confortáveis (...) ela adorou, chorou, pediu autorização para ligar à filha para mostrar à filha os sapatos, a chorar, mas de uma maneira como se eu lhe tivesse dado um rim (...) e eu dei-lhe agora uma bolsa da Desigual (...) que festa que ela fez, toda contente com a carteira (...) não me fez diferença nenhuma e deu-me grande satisfação fazer isso por ela.”*  
*Entrevistada C*

*“Eu de vez em quando (...) dou-lhe coisas, eu como lhe dou muita coisa, não coisas más, pelo contrário. (...) ofereci por exemplo casacos de malha porque via a roupa que ela tinha (...) dou-lhe roupa boa minha que ela usa.”* *Entrevistada H*

Em afirmações como estas, encontra-se presente a sensação de que as entrevistadas expressam uma bondade que acham superior à necessária, retirando satisfação desse facto – quando a primeira entrevistada utiliza a expressão “uma empregada” esta parece de algum modo minorizar a ocupação profissional, como se esta contrastasse com o tipo de dinheiro investido; enquanto que ao especificar “não coisas más, pelo contrário”, a segunda

entrevistada deixa implícita a ideia de que a situação típica seria oferecer à empregada coisas más ou indesejadas.

O intercâmbio de favores funciona uma vez mais numa lógica bidirecional, podendo tanto as empregadas domésticas oferecerem-se para auxiliar as patroas quando necessário e de formas fora das responsabilidades associadas à sua ocupação profissional, como as patroas prestar apoio às empregadas das mais diversas formas, quer se trate de apoio relacional e moral, financeiro, ou associado com as suas competências profissionais. Ao mesmo tempo que estas trocas de favores podem resultar apenas da ativação de uma rede de contactos, muitas vezes são também sinal da existência de relações de confiança, mostrando que existe um à vontade e conforto em recorrer à outra parte de acordo com a necessidade. Este tipo de à vontade é particularmente importante no caso das trabalhadoras domésticas imigrantes, para as quais a existência de uma rede de apoio é particularmente relevante.

*“Nós sabemos que somos aquelas pessoas que ela sabe que se tiver algum problema a quem pode recorrer, e que se precisar vem ter connosco e pede ajuda.” Entrevistada L*

A expressão de uma certa condescendência ou a adoção de uma atitude paternalista relativamente às empregadas domésticas por parte das entrevistadas, manifestando uma aparente benevolência acompanhada por um sentimento de superioridade, é relativamente frequente. Este tipo de atitude ora faz lembrar a forma de tratamento de crianças (*“aquelas mãozinhas às vezes fazem um bocadinho de disparate”- Entrevistada B*), ora procura mascarar a relação de poder existente com complacência ou protecionismo (*“E também prefiro... se vejo que há alguma coisa que está mal, só digo mesmo quando acho que aquilo já está no limite, porque de resto eu prefiro fazer contas que não vi”- Entrevistada B*).

Adicionalmente, muitas entrevistadas recorrem a esta atitude como resultado do receio de assumir uma atitude demasiado autoritária ou assertiva, com a qual não se identificam, recorrendo por isso a outras estratégias na tentativa de gerir uma relação marcada por dinâmicas de poder com as quais não se sentem confortáveis.

*“Uma vez que eu fiz uma lista, e pensei que ia ganhar coragem e lhe ia dizer, e depois pensei, não (...) eu tenho muita dificuldade em ser assertiva, senti que a podia magoar, então o que eu faço é, quando consigo, conversamos muito,*

*portanto se der para calhar em conversa, peço-lhe, de forma a que não seja estranho estar a pedir.” Entrevistada K*

Foi possível confirmar que o contexto da esfera doméstica, que constitui o local de trabalho das empregadas domésticas, constitui o principal e exclusivo palco de interação entre as mesmas e as respetivas patroas, mesmo quando se afirma a existência de relações de profunda proximidade e familiaridade entre ambas as partes. No entanto, existem ocasiões raras nas quais ocorrem interações fora desse contexto.

Alguns destes encontros são simplesmente encontros inesperados, não tendo qualquer tipo de significado ou impacto na relação (“*Casualmente já nos encontramos porque moramos na mesma zona, não temos uma relação para fora do contexto doméstico, mas encontro-a na rua*”- Entrevistada O). Muito excepcionalmente, tendo a situação apenas sido relatada por uma das entrevistadas, tratam-se de encontros planeados e com o objetivo único da convivência (“*A primeira, na altura, enquanto ela ainda trabalhava comigo, convidou-me para eventos familiares dela e íamos tomar café quando tínhamos oportunidade*”- Entrevistada N). No caso de relações marcadas por proximidade e familiaridade, as interações tomam lugar em ocasiões especiais (“*Só assim nessas situações dos aniversários das filhas, normalmente só assim nesse tipo de ocasiões*”- Entrevistada L; “*Só fui ver os bebés ao hospital*”- Entrevistada P). Contudo, é interessante compreender onde são estabelecidos os limites da familiaridade partilhada, e a forma como nem todas as ocasiões especiais são partilhadas.

Por fim, existem ainda ocasiões nas quais encontros fora do contexto de trabalho são motivados por pedidos de auxílio, que podem surgir de ambas as partes.

*“Quis mudar a arrecadação toda, chamei-a como companheira, mais amiga (...) eu queria companhia, então foi ela comigo (...) aquilo não foi propriamente um serviço doméstico, eu paguei-lhe o dia, mas foi mais uma companhia.”  
Entrevistada H*

A descrição de uma dessas situações por parte de uma das entrevistadas é bastante ilustrativa da dificuldade em definir o tipo de relação definida entre as duas mulheres nas suas posições de patroa e empregada doméstica. Por um lado, a entrevistada afirma ter chamado a empregada no papel de “companheira” e “amiga”; por outro, reconhece ter pago o dia, o que remete para uma relação profissional, uma vez que o pagamento perde sentido se o

encontro fosse entre duas amigas. Deste modo, apesar de aos papéis de patroa e empregada doméstica se poderem sobrepor outros papéis, como de amiga, estes primeiros não aparecem, mas são apenas ocultados ou amenizados. É a incapacidade de deixar para trás os papéis de patroa e empregada doméstica, e a dinâmica de poder que inevitavelmente estes carregam consigo, que torna tão difícil a definição desta relação, e que leva a que mesmo quando esta assuma tons de amizade, intimidade e familiaridade, estes sejam sempre circunscritos, podendo surgir apenas dentro dos limites impostos pelo enquadramento mais amplo de uma relação de trabalho.

Relativamente à comunicação entre patroas e empregadas domésticas, é essencial compreender não apenas a intensidade dessa comunicação, mas os meios de comunicação a que recorre mais frequentemente e os temas que aborda, procurando determinar se estes se limitam a questões associadas com a esfera doméstica ou se a ultrapassam. Relativamente à intensidade da comunicação, apesar de ser raro esta não existir de todo, na maior parte dos casos não é muito frequente, dada a falta de tempo ou desencontros provocados por horários diferentes. É neste sentido que muitas das entrevistadas chamam a atenção para a solidão como um dos elementos centrais do trabalho doméstico enquanto ocupação profissional.

*“Normalmente ela está sozinha em casa... uns trabalham, outros estudam.  
Normalmente ela está o tempo todo lá sozinha em casa.” Entrevistada Q*

Outras vezes, a comunicação mais frequente não se estabelece entre patroa e empregada doméstica, mas sim com outros membros da família, dada a maior compatibilidade de horários.

*“O meu marido fala mais com ela. Porque ele cruza-se mais com ela do que eu.  
Eu deixo tudo escrito e falo com ela pelo telefone, mas ele cruza-se com ela.”  
Entrevistada I*

É interessante compreender que, mesmo quando não é a entrevistada aquela que mais contacta diretamente com a empregada doméstica, continua a ser esta que desenvolve uma relação mais próxima com a mesma. Esta proximidade encontra-se relacionada com o facto de, no caso de todas as mulheres entrevistadas, serem estas as encarregadas pela gestão da esfera doméstica – isto é, são elas que estão incumbidas do recrutamento das empregadas domésticas, da explicação às mesmas de quais são as tarefas que é necessário desempenhar e

de que modo o fazer, que determinam qual o grau de autonomia que estas terão, e a quem estas ligam se surgir algum problema ou imprevisto.

*“A gestão é minha. Se alguma coisa correr mal é a mim que me liga, para alguma irritação do meu marido que não percebe porque é que... um dia ela precisava de fazer a troca de umas horas, cruzou-se com ele de manhã e disse “ah, doutor, não sei que, eu para a outra semana preciso de falar com a doutora porque preciso de fazer a troca de umas horas, não venho na quarta venho na quinta” e ele disse “ok, tudo bem, pode fazer” e ela “não, mas eu queria que fosse ela a validar”, e ele liga para mim e diz “mas que raio, agora não posso, não tenho autoridade para trocar um horário de duas horas”. E a verdade é que ela me pede sempre a mim, porque também fui fazendo um bocado, representei esse papel.” Entrevistada O*

*“Sou eu. Tudo. As compras, dinheiro, pagar o ordenado... Tudo. Tudo, a gestão da casa e da família toda é toda comigo.” Entrevistada G*

Quando efetivamente há comunicação entre as entrevistadas e respetivas empregadas, e quando esta não remete para a gestão do desempenho de funções do trabalho doméstico pago, tal comunicação tende a privilegiar temas como problemas que possam ter surgido, a família ou a saúde. A partilha de informação é, muito frequentemente, unilateral, ou seja, é a empregada doméstica que desabafa acerca da sua vida para a patroa, sendo essa partilha não retribuída na mesma medida pela parte da patroa.

*“Falamos de coisas... Sobretudo da vida dela, porque ela às vezes precisa de ajuda.” Entrevistada G*

*“Falamos da vida toda dela, se calhar mais da dela do que... das duas, mas se calhar mais da dela.” Entrevistada K*

Este tipo de interação, na qual a partilha de informação pessoal realizada por parte das empregadas não encontra retribuição por parte das patroas, cumpre diferentes funções, mesmo que de modo não intencional – em primeiro lugar, assegura a existência de algum distanciamento, facilitando a separação entre a relação estabelecida com a empregada, de difícil definição, e uma relação típica de amizade; em segundo lugar, reforça a existência de papéis não equivalentes hierarquicamente, uma vez que a partilha de informação pessoal

implica o aumento da proximidade e a redução ou, pelo menos, amenização da posição de autoridade. É dentro desta lógica que faz sentido que este tipo de interação deixe de surgir em relações mais familiares e marcadas por uma maior proximidade, não sendo sentida nestes casos a necessidade de separar a relação em questão de uma relação de amizade, ou de assegurar a manutenção da autoridade (*“Eu também vou comentando coisas minhas com ela, porque para todos os efeitos também é uma amiga e sabe ouvir, portanto já passou há muitos anos o lado apenas profissional”* - Entrevistada P).

Com base em todos estes elementos, torna-se fácil compreender que existem efetivamente diferentes tipos de relações estabelecidas entre patroas e empregadas domésticas. Apesar de, em todas estas relações, existir uma dimensão de desequilíbrio de poder, esta pode ser mais ou menos reforçada nas formas de tratamento e comunicação, podendo ainda sobrepor-se a outras dimensões familiares, de amizade e proximidade, ou coexistir com as mesmas. Em qualquer dos casos, a relação formada é complexa e a dinâmica de poder é quase sempre encarada com desconforto e acompanhada por tentativas de amenização da mesma – quer seja por existirem sentimentos de carinho e amizade que tornam a existência de um desequilíbrio de poder claro indesejada, quer porque, mesmo em relações mais marcadas pelo profissionalismo, a empregada doméstica tem acesso e encontra-se encarregue de cuidar de algo considerado enquanto privado – a esfera doméstica. Nesta esfera, local de intimidade de núcleos familiares, em que todas as relações existentes são tipicamente caracterizadas por uma enorme proximidade, a existência de uma relação demasiado fria ou desigual surge como estranha e desconfortável, devendo assim ser evitada – é neste sentido que surgem termos como relações “cordiais” ou de “respeito mútuo”. É também no sentido de minimizar o desconforto da existência de uma relação de poder num espaço inerentemente familiar que muitas entrevistadas optam por utilizar termos que procuram minimizar essa dimensão ao descrever o tipo de relação criada, utilizando expressões como *“é uma pessoa que me ajuda cá em casa”* (Entrevistada C). A descrição da empregada doméstica como uma pessoa que “ajuda”, para além de mascarar o facto de esta se encontrar numa relação de trabalho na qual ocupa a posição de subordinada, serve ainda para sublinhar o facto de a esfera doméstica continuar a ser um espaço pertencente às entrevistadas, sendo a intervenção das empregadas domésticas apenas um auxílio num conjunto de funções que assim se assumem como pertencentes às próprias.

Deste modo, identificaram-se essencialmente dois tipos de relações estabelecidas entre as entrevistadas e as respetivas empregadas domésticas – as primeiras relações de carácter familiar, associadas com sentimentos de proximidade, amizade e carinho; e as segundas relações de carácter profissional, marcadas por sentimentos de respeito mútuo.

No que diz respeito às relações de carácter familiar, é relevante chamar a atenção para o facto de estas não equivalerem a relações formadas entre membros da família, mesmo quando as entrevistadas afirmam que a sua empregada doméstica “*é como se fosse uma pessoa da família*” (Entrevistada A) ou mesmo que “*é família, não é empregada, é família*” (Entrevistada P). Mesmo quando o nível de proximidade entre as partes é grande, é necessário não esquecer que as dinâmicas de poder se encontram ainda presentes, sendo inerentes ao facto de se tratar, em última análise, de uma relação de trabalho – isso mesmo torna-se, aliás, evidente em diversos aspectos, como a raridade dos encontros fora do contexto doméstico de trabalho, ou como a perda de contacto com empregadas domésticas que durante muitos anos haviam sido próximas, relatada por algumas das entrevistadas.

A ideia da trabalhadora doméstica como “membro da família” serve como estratégia para amenizar a sua invasão no espaço privado da unidade familiar, funcionando como um mecanismo que permite a negociação de interesses de ambas as partes da relação - por um lado, facilita a aceitação por parte das patroas de uma pessoa estranha no interior do espaço doméstico e no seu quotidiano; por outro lado, permite que as trabalhadoras domésticas tenham acesso a determinado tratamento. Apesar do seu carácter estratégico, os sentimentos de familiaridade e amizade são muitas vezes genuínos e constroem um sentimento de condição partilhada entre mulheres, uma aspiração a igualdade, permitindo uma aproximação entre estes dois grupos de mulheres.

*“A minha empregada, se temos mais alguém a comer em casa, ela não quer comer connosco, mas se estou só eu e o meu marido, ela senta-se à mesa connosco, eu faço questão que assim seja. Mas sempre que temos mais alguém ela normalmente prefere não, a não ser que seja mais alguém que ela conhece muito bem lá de casa (...) temos uma relação que nos permite ter essa confiança, não é, são muitos anos já.” Entrevistada L*

*“Ai sim, ao fim de 34 anos, quer dizer, a relação estreita-se bastante (...) aquilo é tudo muito familiar, tudo tudo muito familiar (...) é uma relação estreita,*

*amigável, de certa forma até já extravasa a relação meramente profissional, eu acho que não podia ser de outra maneira, passado tantos anos (...) no Natal não, aí de facto é mais mesmo família, digamos que eu tenho esta relação muito estreita, mas não é propriamente uma relação familiar, isso não é.” Entrevistada M*

Os dois excertos de entrevistas apresentados ilustram bem a dificuldade de definição das relações estabelecidas com as empregadas domésticas, sobretudo em ocasiões em que existe proximidade. Apesar de haver uma consciência nítida de que estas relações vão para além de relações meramente profissionais, quer seja pela convivência prolongada no tempo, quer pela especificidade do trabalho doméstico pago e da sua intrusão num espaço de intimidade, e de existir uma tendência para, conseqüentemente, designar estas relações como familiares, torna-se claro que estas, apesar de terem traços de familiaridade, não são relações equivalentes às relações efetivamente estabelecidas entre membros de família – o que é ilustrado pelo modo como a empregada doméstica da primeira entrevistada se sente desconfortável em partilhar a mesa com convidados, ou a forma como a segunda entrevistada reage à possibilidade de passar o Natal com a sua empregada doméstica, redefinindo a relação.

Não se trata aqui de afirmar que não existam, efetivamente, relações de estreita proximidade e mesmo de amizade entre patroas e empregadas domésticas; mas sim de compreender que estas relações surgem sempre em sobreposição a uma relação base de poder que nunca se desvanece, e que tem inevitavelmente conseqüências sob as restantes dimensões acrescentadas, levando a que esta não possa ser equivalente a relações meramente familiares – tal como a relações meramente profissionais.

Isto porque, apesar de existirem relações afirmadas como tratando-se de relações de carácter mais profissional (*“Não há relação. É uma relação normal entre uma pessoa que pede que lhe façam um trabalho e a pessoa que faz o trabalho. Não é uma relação de amizade, não é uma relação... é uma relação... sei lá como é que se chama uma relação... mais profissional”*- Entrevistada Q), nas quais as dinâmicas de poder tendencialmente se encontram mais a descoberto, também estas são afetadas pela especificidade do trabalho doméstico, o que torna impossível que sejam efetivamente comparáveis a meras relações de trabalho – mesmo quando existe o esforço para descomplicar as mesmas nesse sentido.

Algumas das entrevistadas exprimem bem a dificuldade em definir o tipo de relação estabelecida entre patroas e empregadas domésticas, o modo como se entrecruzam dimensões contraditórias de poder e amizade, laços profissionais e familiares, tendências de proximidade e fatores de distanciamento.

*“Não posso dizer que seja uma amiga, porque não a considero uma amiga, mas uma pessoa próxima, quer dizer, é uma pessoa que conhece a minha casa, conhece as minhas coisas, não posso dizer as minhas intimidades a 100%, mas sim, quer dizer, conhece os meus filhos, conhece a minha casa que eu acho que é o sítio mais privado que é meu, é uma pessoa que conhece, por isso não posso dizer que seja um desconhecido, está ali num intermédio de amiga e... um misto, quer dizer, também não é minha amiga porque trabalha para mim, há ali um misto de... mas pronto, mas não me é indiferente de todo.” Entrevistada J*

Podemos concluir que as relações que se estabelecem entre patroas e empregadas domésticas são variáveis e afetadas por um conjunto de diferentes fatores que participam na sua construção e enquadramento. Apesar disso, podem ser categorizadas em dois grupos – relações tendencialmente familiares e relações tendencialmente profissionais. Em ambos os casos, o tipo de relação criada surge como reação à entrada no lar de uma relação de mercado, podendo dar-se no sentido da atenuação ou reforço dessa dimensão mercantil (Andersen, 2006). Tal como Kofes (2001) aponta, a familiaridade desempenha um papel particularmente complexo e ambíguo, ganhando significados plurais e que se traduzem numa cuidadosa gestão da invasão do espaço privado pela lógica mercantil.

Não obstante o tipo de relação formada, a relação de poder existente entre patroas e empregadas domésticas mantém-se, manifestando-se através de comportamentos condescendentes e utilização de expressões amenizadoras, encoberta pela familiaridade ou controlada pelo profissionalismo. Estamos então sempre perante uma relação de poder, sobretudo se tivermos em conta que, no caso de qualquer uma das entrevistadas, são estas mulheres que continuam a ter, na família, a autoridade e responsabilidade no que toca à esfera doméstica, sendo esperado que sejam estas a lidar com a sua gestão – e, conseqüentemente, com as empregadas domésticas.

O facto de as mulheres manterem a autoridade e responsabilidade de gestão sob a esfera doméstica, mesmo quando parte da sua manutenção é relegada, pode ter na sua base

diferentes fatores. Por um lado, é uma consequência direta de um regime de género com traços tradicionalistas, na qual persiste, pelo menos ao nível das práticas, uma divisão de género do trabalho doméstico. Por outro lado, pode associar-se com um receio por parte das mulheres de abdicar da autoridade sobre esta esfera. De acordo com Amâncio (1993), existe uma forte associação entre a identidade das mulheres e as características tipicamente associadas à feminilidade, sendo que grande parte destas características remete para o cuidado da família e lar. Assim, a perda de autoridade sobre esta esfera pode ser evitada, por ser sentida pelas entrevistadas como um desafio de um território que reconhecem como seu e como desempenhando um papel importante na sua construção identitária.

Uma vez mais se torna óbvio que a associação entre esfera doméstica e género feminino é preservada, não apenas através da entrada das empregadas domésticas nesta esfera, mas também pela presença continuada dessas mesmas mulheres nessa mesma esfera. A sua entrada no mercado de trabalho não é acompanhada pela saída da esfera doméstica, mesmo quando esta é ocupada por outras mulheres que se encarregam da sua manutenção. Ao invés disso, verifica-se uma multiplicação de papéis e responsabilidades que estas mulheres acumulam, surgindo a categoria de “patroa” e todas os encargos a esta associados.

A esfera doméstica continua a ser de domínio feminino, mas trata-se agora de um feminino que se desdobra num plural, criando-se diferentes categorias no seu interior, correspondentes a diferentes tipos de funções e responsabilidades, e diferentes posições de poder – uma categoria numa posição de submissão, que perde a autoridade numa casa que não lhe pertence, a empregada doméstica, e outra categoria numa posição de poder, dona da casa tal como a expressão indica, a patroa. O género, ao mesmo tempo que é condição base para a aproximação entre os dois polos da relação em análise, divide-se, e a rotura provocada pela distinção de habilitações literárias e pelos papéis assumidos na relação cria dinâmicas de poder intra-género que dificultam o aparecimento de um sentimento de unidade ou identificação. Ao “nós, mulheres” acrescenta-se o “essas mulheres”, e ambos moldam os relacionamentos concomitantemente, criando mecanismos de aproximação e distanciamento que não podem deixar de ser entendidos em conjunto, perdendo significado se isolados.

## VI. Conclusões

As relações de poder intra-género estabelecidas entre mulheres que assumem os papéis de patroas e empregadas domésticas são complexas e marcadas pela ambiguidade, moldadas por um conjunto diversificado de mecanismos, por vezes aparentemente contraditórios, envolvidos quer na construção dessas relações, quer na organização das representações que as enquadram e das práticas que as promovem e reforçam.

A análise destas relações implica a consideração do género enquanto variável ocupando um local central, não apenas no sentido em que a sua partilha pelos dois polos da relação cria uma condição de aproximação e uma base de construção de uma unidade identitária entre as duas partes, mas também no sentido em que se encontra por detrás da explicação de muitas das dinâmicas que organizam esta relação. A forte associação do género feminino com o espaço doméstico mantém-se, não apenas para as mulheres que assumem esse espaço como contexto de trabalho, aproveitando-se de uma socialização gendrificada e mercantilizando as competências que esta desenvolveu, mas também para as mulheres que delegam nas empregadas o cuidado desse espaço, mas que mantêm o domínio do mesmo, as responsabilidades e papéis a este associado.

Por outro lado, a variável habilitações desempenha também ela um papel crucial, surgindo na perspetiva das entrevistadas como uma base legítima de desvalorização deste trabalho, e como forma de criar um distanciamento, multiplicando as categorias dentro da condição de género partilhada, e permitindo a construção de identidades diferenciadas. As baixas habilitações literárias das empregadas domésticas, ou o seu não reconhecimento em Portugal, que se refletem numa posição de classe desfavorecida, são assim assumidas estrategicamente como forma de distinção que surge como moralmente irrepreensível numa sociedade que cada vez mais valoriza o ensino formal.

Apesar de existir uma consciência de diferença em termos de autonomia e poder de escolha, e de a maior parte das entrevistadas reconhecer que a opção de desempenhar trabalho doméstico enquanto ocupação profissional surge tipicamente como resultado de uma ausência de alternativas, esta realidade é muitas vezes associada a uma falta de capacidades ou competências por parte das empregadas domésticas – e muito mais raramente ao resultado das oportunidades desiguais que se apresentam a indivíduos ocupando diferentes posições na estrutura social. A ausência de alternativas é percecionada, então, como algo infeliz e merecedor de pena, mas que, em última análise, remete para características pessoais e

dependentes da empregada em questão, o que faz com que seja mais fácil utilizar também este fator como fonte de distanciamento identitário.

A relação de poder entre patroas e empregadas é muitas vezes encarada com desconforto por parte das patroas, em grande parte por existir resistência à aceitação de uma relação assertiva num contexto doméstico e familiar. No sentido de evitar esse desconforto, são realizadas tentativas de amenizar ou mascarar a desigualdade entre as mulheres envolvidas. Com esse propósito, a criação de relações de proximidade, caracterizadas por um sentimento de familiaridade ou amizade, torna-as mais adequadas ao contexto, criando menos contraste e desconforto; por sua vez, as relações de carácter mais profissional e cordial, apesar de manterem o contraste, procuram delimitar as potencialidades de ambiguidade erguidas pelas particularidades da relação e do contexto em questão. Em qualquer um dos casos, estamos perante relações complexas, e que se constroem sobre a base da inevitável e incontornável desigualdade de posições de poder e autoridade.

Foi possível ainda identificar diferentes dinâmicas de valorização e de desvalorização do trabalho doméstico pago e compreender que, enquanto as primeiras resultam essencialmente da condição de género partilhada, as segundas fazem sobretudo uso das habilitações literárias. A forma como estas diferentes dinâmicas e variáveis se cruzam tem como resultado último o reforço da desvalorização social do trabalho doméstico pago – apesar de a possibilidade de desvalorizar este trabalho ser, nos discursos das entrevistadas, sempre rejeitada, esta desvalorização encontra-se presente na organização das representações sociais criadas e nas práticas e tipos de relacionamento adotados, sendo a presença de dinâmicas de valorização muito mais superficial.

## **VII. Referências bibliográficas**

- Andersen, B. (2006). *A very private business: migration and domestic work*. Oxford: University of Oxford.
- Amâncio, L. (1993). Género – Representações e Identidades. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, p.127-140
- Amâncio, L.; & Wall, K. (2007) *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Baptista, P. G. (2011). *Imigração e trabalho doméstico: o caso português*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo intercultural, Coleção Teses.
- Connell, R. W. (2002) *Gender, Short Introductions*. Cambridge: Polity Press.
- Dias, N. (2010). *Género, Mobilidades e Serviço Doméstico: Números e Tendências da Imigração Feminina em Portugal*. Lisboa: Dinâmia'CET – IUL, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território.
- Ghiglione, R.; & Matalon, B. (1996). *O inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta, caps.1, 2.2.5.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. São João do Estoril: Principia, cap. 4.3.
- International Labour Office (2013). *Domestic Workers across the world: Global and regional statistics and the extent of legal protection*. Geneva: ILO Publications.
- Kofes, S. (2001). *Mulher, mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: UNICAMP.
- Schneider, É. (2006). *Trajetória de Empregadas domésticas: desrespeito social e lutas por Reconhecimento*. *Revista Brasileira de Estudo Populacionais*, São Paulo (33.2), 331-353.
- Silva, E.; Nogueira, N.; & Neves, A. (2010). *(Re)conciliação dos usos do tempo: Imigração, Género e Trabalho-Família*, *Psico*, 41(4), 455-461.